

Entrevista

PEDRO PIRES

Ex-Presidente da República
de Cabo Verde e Presidente
da Fundação Amílcar Cabral

**Entrevista a Pedro Pires,
Ex-Presidente da República de Cabo Verde
e Presidente da Fundação Amílcar Cabral**

Entrevista conduzida por
Gianfranco Ferraro¹

Uma vida para a liberdade.
*A luta pela independência da Guiné,
Cabo Verde e das colónias portuguesas,
nas palavras de um
dos seus protagonistas*

Para assinalar e homenagear o 50.º aniversário da independência da República de Cabo Verde, ocorrida a 5 de julho de 1975, tivemos a honra de entrevistar um dos seus maiores protagonistas e verdadeiro Pai da Nação cabo-verdiana, o Presidente Pedro Pires, nascido em 1934 na ilha do Fogo: líder da luta de libertação nacional durante a guerra anticolonial, ao lado de Amílcar Cabral e Aristides Pereira; chefe da Delegação do PAIGC nas negociações com os portugueses após a Revolução dos Cravos; primeiro-ministro entre 1975 e 1991; e, por fim, Presidente da República de 2001 a

¹ Centro de Estudos Globais, Universidade Aberta, Portugal. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4449-6127>.

2011. Com ele, revisitámos alguns momentos decisivos da história recente daquela que é hoje, graças à luta dos povos das ex-colónias e à Revolução dos Cravos, uma república irmã de Portugal. O Presidente Pedro Pires é atualmente presidente da *Fundação Amílcar Cabral*, que em 2024 celebrou o centenário do nascimento desta figura central da luta e da reflexão anticolonial.²

P & **R**
Quais foram os acontecimentos que levaram o Senhor Presidente, ainda jovem estudante, a considerar que o seu país deveria ser independente?

Nos anos Cinquenta, finais dos anos Cinquenta, a questão colonial estava na ordem do dia, logo, era uma questão do presente. Depois houve alguns processos de descolonização, como a independência do Ghana em 1957, a independência da Guiné-Conakry, em 1958, e depois as independências de um grande número de colónias francesas em 1960. Portanto, este período tem sido caracterizado como o tempo da descolonização e da libertação das colónias. Mas não era o caso das colónias portuguesas, porque o regime português era mais fechado, mais retrogrado, não tinha em perspectiva a libertação das colónias. É o contexto político português que tornava as coisas mais

difíceis e mais complicadas. Em 1960, houve a independência do Congo-Belga e o posterior assassinato de Lumumba, mas quando falamos do Congo-Belga é para nos referirmos ao facto de que o Congo tinha e tem fronteira com a Angola. Havia esta ligação conflituosa. Esses factos tiveram impacto juntos dos jovens que se preocupavam com a libertação das colónias em Portugal. O posterior desenvolvimento político crítico dessa situação acelerou o nosso compromisso e a nossa entrada na política ativa e na luta anticolonial.

O Senhor Presidente estudou aqui, em Lisboa. Quando é que começou a aproximar-se dos movimentos de luta anticolonial e de libertação? Quando começou a encontrar companheiros de luta, e, em particular, Amílcar Cabral?

Cheguei em Lisboa nos finais de 1956. Creio que chegámos num tempo em que a questão colonial, a questão da libertação das colónias, estava em jogo, estava em causa, era o facto histórico mais importante nesta altura. E já outros, aqueles que nos antecederam, já estavam envolvidos na preparação desta luta, a geração que antecedeu em certa medida a minha... não posso dizer que me antecedeu, porque também podemos considerar-nos uma mesma geração. Mas eu considero que há uma geração que nos antecedeu, que é a

² Quero agradecer o colega de estudos e amigo, embaixador Antero Veiga, pela atenção e a paixão com que proporcionou o meu contacto com o Presidente Pedro Pires. Um agradecimento particular vai também à Fundação Amílcar Cabral, aos seus funcionários e aos seus dependentes. Partes desta entrevista integram o volume em italiano *Voci d'Aprile in Portogallo*, da minha autoria, a ser publicado em breve pelas edições ETS (Pisa, Itália).

geração de Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Marcelino dos Santos, e outros. Esta geração nos antecedeu, porque começou a pensar no processo de libertação e de descolonização antes de nós, no início dos anos Cinquenta. A diferença não era muito grande, mas havia uma boa diferença. Havia esta geração e nos integrámos, uma geração mais jovem, que começou a preocupar-se com as mesmas questões e esta geração mantinha ligações com a geração anterior. Portanto, nos confundimos e nos tornámos mais ou menos uma mesma geração.

Quais foram os seus pontos de referência e as suas leituras, por exemplo, quando era jovem? Que contactos com o mundo exterior lhe proporcionaram ideias de contestação ou de revolta?

Para voltar atrás, o mundo não era este, dos telemóveis, das redes sociais, da televisão e de todos estes novos meios de comunicação. Aqui, as pessoas que pensam hoje não têm em conta, desconhecem esta situação anterior, de modo que é preciso voltar atrás e na verdade escutar o que diz a história, o que dizem os acontecimentos na altura. Portanto, a própria leitura estava condicionada: em Portugal, em Lisboa, havia o regime de censura, havia livros que não podiam circular em Portugal, e tivemos contacto com isso. Mas isto não nos inibiu de buscar leituras, como a literatura brasileira, Jorge Amado e outros escritores progressistas brasileiros. Os nossos não eram muitos: tivemos contacto sobretudo com a

poesia, as canções, mas muita coisa era preciso decifrar, não estavam claras... Portanto, é neste contexto que nos situámos, mas é de ter em conta que Lisboa era um meio mais aberto, e um meio onde já estavam jovens das outras colónias e jovens portugueses também. E o facto de haver esta concentração de jovens de outras colónias na capital do Império, em Coimbra, no Porto, criou um ambiente diferente que é o ambiente em que nós vivíamos nesta altura, quando chegámos a Portugal, e particularmente depois de 1958.

Quando é que o Senhor Presidente entrou efetivamente na luta anticolonial? Depois dos estudos em Lisboa, regressou a Cabo Verde?

Não, em Lisboa, fazia parte de um grupo grande, a volta de sessenta pessoas, integrado por estudantes angolanos por maioria, mas também gente de Cabo Verde, Moçambique, São Tomé, e saímos clandestinamente via França. E é a partir da França que eu e os meus companheiros cabo-verdianos entrámos em contacto directo com o PAIGC. Porque o contacto indirecto com o PAIGC e com o Amílcar Cabral, já tínhamos. Portanto, é a partir da França que entrámos em contacto directo, o que nos permitiu viajar ao Ghana, e foi no Ghana que tivemos o contacto directo, pessoal, com o Amílcar Cabral, em 1961. E é a partir de outubro 1961, que considero que me integrei plenamente no PAIGC, nas estruturas organizadas do PAIGC.

Nesta altura, o objetivo da luta anticolonial era a independência ou subsistia ainda a ideia de negociar formas de autonomia das colónias?

Esta altura era ainda o início, mas, particularmente, na Guiné já havia muita movimentação à volta da independência, com as independências dos Países vizinhos. As independências da Guiné [Conakry], do Senegal, isto traz a ligação, a comunicação, e nesse caso já se quebrou o isolamento. Mas a mobilização já tinha começado na Guiné, onde o PAIGC já estava presente desde o 1957, de modo que podemos concluir que havia as precondições. Em 1960, foi quando o PAIGC, o seu Secretariado-Geral, se instalou em Conakry. E a partir dali se desenvolveu todo o programa de mobilização, de propaganda, se quisermos, para a preparação da luta para a independência.

A situação de Cabo Verde foi sempre particular. A organização do PAIGC desenvolveu formas políticas distintas e, eventualmente, contradições. O Senhor Presidente poderia dizer-me alguma coisa a este respeito? Ou seja, no início do PAIGC já se identificavam diferenças ou distinções entre posições mais propriamente cabo-verdianas e posições guineenses, ou existia, de modo geral, uma mesma orientação?

Cabo Verde tinha um contexto, não diria especial, mas um contexto diferente, um país insular com características próprias, mas que sentiu os efeitos do colonialismo, se nos tivermos em conta a situação de abandono a que o País estava sujeito, as fomes, as catástrofes humanas que tiveram lugar em Cabo

Verde, a exportação de cabo-verdianos como trabalhadores contratados para São Tomé e depois para São Tomé e Angola. Este fenómeno da exportação de mão-de-obra escrava para São Tomé começou em 1903, começou no início do século passado. Uns sentiam mais, uns sentiam menos esta situação de falta de perspectiva para o País, e esta situação de catástrofe humanitária. O País, ou o povo mesmo, se socorreu da emigração clandestina. Houve uma emigração bastante intensa para os Estados Unidos durante os primeiros trinta e poucos anos do século vinte. Depois a emigração clandestina para o Senegal, para o Brasil, a Argentina, a Europa, representavam «escapes», escapadelas. A emigração serviu de escape no sentido de reduzir o impacto da desgraça e da pobreza que prevalecia em Cabo Verde. Por outro lado, o isolamento: um País insular, isolado, e o outro lado a se ter em conta é que o regime português também era isolacionista, portanto, não permitia, ou dificultava no máximo, a circulação de informações e não permitia o exercício da atividade política diferente nas suas colónias. Portanto podemos dizer que este regime fechado, que podemos chamar hermético do ponto de vista político dificultava muita coisa. Era preciso sair de Cabo Verde para se ter uma ideia mais aberta da política e dos debates, daquilo que acontecia fora, na África, na Europa, na Ásia. Podemos ver o contexto cabo-verdiano desta forma. Isso não significa que os cabo-verdianos não estivessem interessados no des-

tino do seu País, da sua terra. Encontramos isso na cultura, na literatura, encontramos isso na música. Se nos formos analisar os conteúdos, isso, às vezes, toma a forma de resignação sofrida, de lamento, mas de outras vezes ganha uma forma revoltada e contestatária.

O Senhor Presidente participou ativamente em ações de guerrilha? E onde?

No final sim, porque eu fui designado a trabalhar com os cabo-verdianos, com a emigração cabo-verdiana no Senegal, e depois com a emigração cabo-verdiana em França, e depois com a formação militar de um grupo de cabo-verdianos. Isso levou a que em 1968 nos regressámos da formação que estávamos a fazer no exterior e este grupo se fixou na Guiné-Bissau, nos quadros da luta armada da Guiné-Bissau, e é a partir desta altura que me integrei na estrutura de direção do PAIGC e na estrutura de direção militar do PAIGC. E nesta altura, fui destacado para a Frente Leste e depois na Frente Sul, até que em 1973 tivemos a maior vitória militar na Guiné, com a tomada de um quartel estratégico que se encontrava na Frente onde eu estava destacado, o quartel de Guiledje. Depois a destruição dos quartéis Gadamael e Guidadje. Agora, é se ter em conta um elemento importante: é a introdução no teatro da guerra dos mísseis antiaéreos Strela-2, porque foi um elemento determinante para neutralizar a vantagem tecnológica do exército português,

fragilizando-o e abrindo o caminho ao risco do seu colapso na Guiné.

Nestes treze anos de guerra, houve várias fases, e a introdução dos mísseis foi claramente decisiva. Isto mostra também que o PAIGC começou a estabelecer relações com países opositores de Portugal, nomeadamente do regime salazarista. Com que países é que o PAIGC passou a ter relações mais estreitas?

A luta armada na Guiné começou a 24 de janeiro de 1963, e houve combates muito sérios de 63 até 73, e isto devia convencer os portugueses que não era possível vencer pelas armas o PAIGC ou vencer pelas armas os movimentos de libertação. Aí, notava-se uma certa incompetência da liderança portuguesa, que estava fora do seu tempo, que não tinha tido em conta aquilo a que se chamavam os «ventos da mudança». Portanto, ao invés de falar de nós, devemos falar um pouco da incompetência, da falta de visão da liderança política e militar portuguesa, porque tudo isso podia ser diferente se essa liderança portuguesa tivesse compreendido a tempo que era impossível ganhar as lutas de libertação nacional ou ganhar as guerras de libertação. Esse é o dado que é fundamental que se conheça... essa liderança portuguesa, essa liderança colonial, era uma liderança fora do tempo, retrograda, que não entendia o novo contexto mundial em que a libertação das colónias era, diria, obrigatória, determinante. Não havia como fugir disso. Mas esta liderança, seja liderança militar, seja lide-

rança política, não compreendeu nada disso, antes pelo contrário, manteve os seus preconceitos da superioridade, os seus mitos ultrapassados, e isto levou a que a guerra, a luta de libertação levasse mais tempo. Citei o caso da guerra da Guiné, de 1963 a 1974, portanto onze anos, em Angola mais, em Moçambique um pouco menos. Deve-se analisar esta incapacidade, esta visão antiquada do mundo e das relações dos antigos impérios com as suas colónias. Esse é o elemento importante a se ter em conta, porque foi essa falta de visão que prolongou a duração das lutas de libertação e aumentou os sacrifícios e os esforços dos movimentos de libertação nacional.

De qualquer forma, parece-me que as guerras anticoloniais portuguesas foram também conflitos geopolíticos. Em particular, no teatro de batalha guineense não estavam apenas as forças armadas portuguesas e o PAIGC, mas também muitos outros atores que, nos bastidores, apoiavam materialmente um ou outro contendente. Como podemos delinear este cenário?

Claro que Portugal também gozava do apoio dos seus aliados. Muitas das armas que Portugal utilizava era armas da NATO, a Organização do Atlântico Norte. Portugal mantinha relações privilegiadas com a África do Sul, com o regime do *apartheid*. Vejamos isso: esse é um lado que não se fala. Fala-se só dos movimentos de libertação, mas o colonizador também deve ser revisto e deve ser analisado, o seu comportamento, a sua atitude e a sua visão errada do tempo político e do mundo.

Ora, sendo assim, está claro que o PAIGC tinha que ter aliados. Os aliados de PAIGC eram Países anticolonialistas, que estavam contra o colonialismo e que queriam uma mudança a nível das relações internacionais, as mudanças da força e da distribuição do poder no mundo. Teve relações com a União Soviética, com a China, com os Países da Europa de Leste, portanto os antigos Países socialistas, com a ex-Jugoslávia, com a Índia, com a Indonésia e com os Países do Terceiro Mundo. Porque um ponto que historicamente marca a luta pela libertação dos povos colonizados é a conferência de Bandung de 1955. Aí é que nasce a solidariedade afro-asiática. Portanto, tinha relações com os Países asiáticos, que eram contra o colonialismo, depois se desenvolveu a relação com os Países africanos, por fim, a Organização da Unidade Africana (OUA). Tudo isto veio trazer mais aliados, mais apoios, para as lutas de libertação nas colónias portuguesas. Além disto, interveio a nosso favor todo o movimento progressista, ou uma boa parte do movimento progressista internacional, e europeu em particular. O PAIGC teve relações com esses movimentos progressistas, com partidos progressistas, com associações progressistas, anticolonialistas. Por fim, teve o apoio importante, que foi extraordinário, o apoio (não-letal) da Suécia. O apoio não-letal, portanto, não militar, da Suécia, foi extremamente importante para a consolidação da administração das áreas libertadas da Guiné-Bissau. De modo que, os apoiantes, os aliados

do PAIGC estavam sim nos Países socialistas, nos Países asiáticos, mas também estavam em plena Europa, nos movimentos estudantis, na esquerda europeia. É esta mistura, esta miscelânea, que nos permitiu fazer a luta de libertação e fazer a sua promoção internacionalmente. Até chegar à vitória.

Senhor Presidente, há um momento, no decurso destas alianças e contactos, que se destaca: a 1 de julho de 1970, o Papa Paulo VI recebe, entre outros, o próprio Amílcar Cabral. Nesse sentido, verifica-se uma quebra do isolamento diplomático da luta armada, através do reconhecimento pelo Vaticano. Que significado teve este momento e como Amílcar Cabral interpretou esta aproximação?

Há duas coisas a se ter em conta, nesta altura. Primeiro, uma reunião em Roma, veja, Roma, uma capital dos Países ocidentais, de apoio aos povos que estavam em luta nas colónias portuguesas. Pensar se hoje seria possível uma reunião dessas em Roma... está claro que é impossível. Mas naquela altura.... Estou a chamar a atenção porque a própria Europa, a política europeia daquela altura era diferente da política de hoje, havia diferenças. Por mais que disséssemos «bom, os antigos colonizadores», mas havia também movimentos ao contrário, os solidários, os movimentos progressistas europeus, os partidos, e as personalidades progressistas europeias que nos apoiaram e que apoiaram as lutas de libertação nacional também foram aliados preciosos. Foi no quadro desta conferência

internacional que se registou a audiência concedida pelo papa Paulo VI aos líderes dos movimentos de libertação de Angola, da Guiné, de Cabo Verde, de Moçambique, em Roma. Do ponto de vista religioso foi extremamente importante, porque a Igreja católica portuguesa era aliada do governo português. Tinha uma função importante no processo de colonização e na continuidade do colonialismo. Havia um acordo, a Concordata de 1940, entre a Santa Sé e a Igreja Católica portuguesa sobre a realização de actividades religiosas, culturais e de instrução em Africa. Era um aliado que os portugueses consideravam seguro. Mas esta decisão do papa Paulo VI... primeiro há que louvar a visão do Papa: viu longe e preferiu desautorizar a Igreja católica portuguesa a trilhar o mesmo caminho de apoio ao colonialismo. Portanto, do ponto de vista religioso, isto foi extremamente importante. Do ponto de vista político também, porque a sociedade portuguesa deve ter ficado espantada com a decisão do Papa Paulo VI. Para nós, para os movimentos de libertação foi muito importante, porque podíamos dizer que tivesse sido uma legitimação religiosa do nosso combate libertador. Já não éramos os anticristos, como éramos representados, já éramos outras pessoas. Deste ponto de vista foi extremamente importante para nós, para os combatentes da liberdade, porque nos deu força, um apoio moral bastante importante. Por outro lado, foi uma mensagem para a sociedade portuguesa e uma mensagem para a nossa própria socie-

dade. Há uma legitimação e uma valorização da luta que nós, os movimentos de libertação, conduzíamos. Deste modo, a audiência concedida pelo Papa Paulo VI teve um impacto em diversas direções: direção cultural, direção política, direção religiosa. Foi um gesto de valor amplo e extraordinário!

Imagino que tenha sido importante para as próprias sociedades cabo-verdiana, guineense, moçambicana e angolana, pois de alguma forma libertou-as de receios morais e religiosos que eventualmente poderiam existir em lutar contra o histórico colonizador.

Não sei se tanto, sabe? Porque era uma sociedade fechada, o poder colonial não permitia debates. E geralmente quando não há debate, não há tomada de consciência, não há apropriação das ideias, de modo que o impacto não deve ter sido tão grande para transformar. Mas, impacto houve! Aí, a limitação está na circulação das informações, e de novo voltamos à circulação das informações, porque em Portugal houve alguns acontecimentos que deram conta disso. Em Portugal, houve sim um impacto maior do que em Cabo Verde!

Acenamos para outro protagonista da guerra colonial, que também teve impacto na política portuguesa após o 25 de Abril: o general Spínola. Como é que o Senhor Presidente avalia a atuação do general Spínola, sobretudo na fase final da guerra, quando foi governador da Guiné e procurou, de alguma forma, conquistar a guerra da propaganda junto da população? De que forma se pode interpretar a figura do

general Spínola, considerando o seu envolvimento ativo na guerra colonial, bem como estas tentativas de mediação, por exemplo com o Presidente Senghor?

A verdade é que o general Spínola saiu derrotado da Guiné, até, pediu a resignação do cargo político e militar que desempenhava. Senão ele continuaria, como governador e como comandante militar das forças armadas portuguesas na Guiné. Mas ele preferiu sair, resignar-se, creio que em setembro, ou em agosto de 1973; preferiu sair, portanto, saiu derrotado militarmente, e politicamente derrotado porque, nessa altura, com o PAIGC, em maio de 1973, tivemos a maior vitória militar das lutas de libertação das colónias portuguesas, com a tomada do quartel de Guiledje. Foi a maior vitória, por causa da introdução no teatro da guerra dos mísseis antiaéreos, a fixação do exército português no seus quartéis, a dificuldade de se movimentar, de sair dos quartéis. Tinha perdido o apoio aéreo, tinha perdido o apoio dos helicópteros, tinha perdido mobilidade. Portanto saiu derrotado da Guiné. Está claro que ele procurou atenuar isso, não há general que queira ser caracterizado como o «derrotado», ele teria que encontrar uma forma de se reabilitar. Ele fez muita campanha a volta dele-mesmo. No comando dele na Guiné, foi apresentado como um grande estratega militar e eventualmente político, mas depois foi derrotado e saiu derrotado. Mas a propaganda continuou e ele, chegando a Portugal, escreveu o livro «Portugal

e o futuro», também reconhecendo a derrota militar, numa tentativa de encontrar uma outra saída política ao fim do Império. Eu acho que ele foi um mau Presidente em Portugal, porque terminou com uma tentativa de golpe de Estado falhado. Com a tentativa de golpe de estado do 11 de março demonstra que não era a pessoa mais bem preparada para liderar Portugal nessa situação de transição. É o que posso dizer. Não vamos para a propaganda que se fez à volta da pessoa, mas vamos para os actos da pessoa, em que avaliamos o seu papel como militar e como político.

Agora gostaria de falar um pouco com o Senhor Presidente sobre a grande figura de Amílcar Cabral, que foi também amplamente reconhecida internacionalmente, muito além das lutas anticoloniais em Cabo Verde e na Guiné. É uma referência importante, inclusive para as gerações portuguesas, brasileiras e africanas atuais. O Presidente Pires teve uma relação direta com ele. Poderia dar-nos uma noção, eventualmente mais pessoal, de quem era Amílcar Cabral?

Como sabe, eu neste momento sou o presidente da Fundação Amílcar Cabral e no ano passado estivemos na base da celebração do centenário do nascimento de Amílcar Cabral. Sobre isso organizámos uma série de debates. A celebração foi feita nos mais diversos Países. Por exemplo, quando ouvimos falar que Cabral foi celebrado em Sri Lanka, ou na Indonésia, só para falar destes países mais afastados, entendemos que estamos perante

uma figura de dimensão universal. Para ser universal, deve-se conhecer a pessoa nos mais diversos aspectos da sua vida. Primeiro, como combatente da liberdade, que liderou um projecto que representou, em certa medida, o fim do império colonial português, porque é a vitória na Guiné que coloca, não diria bem no fim, mas coloca o colonialismo português numa situação extremamente complicada, de falência política e com riscos evidentes de colapso militar. Portanto, temos este lado, do Cabral como combatente. Do outro lado, como personalidade que se impôs a nível internacional pela sua presença no seio da ONU, das Nações Unidas, pela sua presença na arena internacional nos mais diversos momentos e cenários. Portanto, como político e como diplomata, Amílcar Cabral se destacou e se afirmou, internacionalmente. Por fim, como teórico e homem de cultura, dimensão que tem sido mais relevada ultimamente. É estudado em centenas de universidades, por centenas de centros especializados, em todos os Continentes. Essa dimensão internacional e universal de Amílcar Cabral é uma realidade atual. Para se chegar a este ponto, a pessoa tem que possuir qualidades extraordinárias, produzir obras e deixar um pensamento com valor tal que o faz ultrapassar o seu tempo, quer dizer, com significação para a posteridade. Amílcar Cabral morreu em 1973, há 52 anos, mas a sua obra e o seu pensamento são muito mais conhecidos agora do que quando estava vivo. São essa dimensão e significação

inulgares que a sua figura adquiriu que Fundação Amílcar Cabral deseja e procura recolher, conservar, valorizar e difundir.

Uma pergunta talvez mais pessoal: quando Cabral foi assassinado a 20 de janeiro de 1973, qual foi a sua percepção deste evento? Qual foi a sua reação?

Disse-lhe há um bocado, dei-lhe um dado: a entrada no teatro da guerra dos mísseis Strela-2. No centro das guerras há um elemento importante que são as vantagens tecnológicas. Se reparar, hoje, aqueles que procuram esmagar cruelmente o seu inimigo utilizam as suas vantagens tecnológicas. Aqueles que têm essas vantagens é porque têm melhores condições, têm melhores recursos tecnológicos. Ora, Cabral tinha conseguido, nesta altura, obter o recurso que ia eliminar a vantagem tecnológica [do inimigo], quer dizer, o domínio aéreo e a mobilidade proporcionada pelos helicópteros. Nessa altura, o Estado Maior soviético tinha-lhe garantido o fornecimento dos mísseis e, inclusive, os atiradores dos mísseis estavam em formação. Isto nos dá a ideia do momento crucial em que nos encontrámos. Por um lado, o seu desaparecimento era perigoso, trágico, mas, por outro, ele tinha deixado os recursos técnicos, políticos e teóricos para ganhar a guerra. Está claro que quando se está numa situação de competição militar, de combate acirrado, e se perde o líder, isto é trágico. Hoje também reflectimos e nos perguntamos: porquê não perdemos? Porque

é que ganhámos? A nossa organização política e militar era sólida e os nossos dirigentes e militantes foram fiéis ao ideal da libertação. É desta forma que ganhámos a luta de libertação, porque a nossa organização era sólida, as nossas convicções eram sólidas, a nossa liderança demonstrou ser sólida e capaz. E os nossos militantes e combatentes armados se uniram para travar o risco da derrota e da destruição. Todos juntos conseguimos travar isso e ganhar a guerra. Porque é que aconteceu? Só é explicável por esta razão: a solidez, a experiência e a convicção dos militantes do PAIGC e da sua liderança, mas também a convicção e a lealdade daquelas que eram as suas forças armadas. Aquilo que nos favoreceu é a qualidade da nossa organização e da sua liderança. Mas isto não significa que não tivesse havido um efeito perverso. Eu acho que esse efeito se esteja a sentir até agora.

Em que sentido os efeitos desta perda se fazem sentir ainda hoje?

Foi trágico, foi trágico! Nem todos apreenderam a dimensão da tragédia e dos riscos a que estivemos submetidos. Foram o patriotismo e o desejo de ganhar que nos animaram. Mas francamente qualquer outro teria muita dificuldade em ultrapassar a morte de Amílcar Cabral. Mas aí há o outro lado trágico de todo isso, que é o lado da traição. Como é que aqueles que estão a lutar pela independência foram capazes de trair os seus companheiros e trair os seus ideais para servir ao colonialismo

opressor? Está claro, foram enganados, foram «trabalhados» mentalmente, mas o outro aspecto da tragédia é a traição. Como fazer para entender o homem, para entender as fraquezas humanas... – mais do que fraquezas... isso é trágico também, não estou a encontrar a palavra – que conduzem à traição? E se de um lado ganhámos, do outro lado não podemos deixar de ver este aspecto trágico da traição, que encontramos em várias lutas de libertação, e por vezes não é preciso ir às lutas de libertação para encontrar a traição. Podemos encontrá-la no comportamento diário, ou no comportamento político, de muitas pessoas.

Obrigado, Senhor Presidente, também por estas considerações, que imagino ainda lhe custe fazer. Mas chegamos à independência, cujo 50.º aniversário celebramos: poderia o Senhor Presidente contar-nos um pouco sobre o processo ocorrido entre a Revolução dos Cravos e a declaração de independência? Quais foram os acontecimentos, ou até as emoções, que gostaria de destacar?

Eu sou dos atores principais do processo, e, portanto, tive que estar no centro dos acontecimentos, e no centro das decisões. Estava aqui, na cidade da Praia, na nossa capital. Tínhamos reunido no 3 de julho a Assembleia Constituinte, e esta assembleia é que aprovou o ato de proclamação da independência. Mais do que isso, aprovou a fundação da República de Cabo Verde. Mais importante, é o ato fundador da República de Cabo Verde, que aconteceu em 3 de julho de 1975. Nessa decisão, escolheu-se proclamar a independência no

dia 5 de julho, aqui na capital de Cabo Verde, no estádio de futebol que chamamos estádio da Várzea. Mas antes disso, já tínhamos negociado com os portugueses em 19 de dezembro de 1974, tinha funcionado o governo de transição, até chegar ao momento da realização das eleições, com a criação da assembleia constituinte e depois da fundação da República de Cabo Verde. Na independência, o lado importante que deve ser destacado é o lado fundador da República de Cabo Verde. Eu estava cá, participei em todas as actividades, em todas as decisões e fui indicado para chefiar o primeiro governo de Cabo Verde independente.

Qual foi o seu primeiro desafio como governante da recém-nascida nação de Cabo Verde?

Nos tínhamos um Estado falido, tecnicamente, um País que atravessava uma crise polifacetada, múltipla, e corria os riscos da insegurança alimentar. Era uma situação complexa, para não dizer catastrófica, talvez isto fosse exagerado, mas era uma situação extremamente complexa, para a qual era preciso encontrar soluções. Uma das soluções era fazer o Estado funcionar, mas sem dinheiro não se pode fazer um estado funcionar. Portanto era preciso encontrar alternativas ao dinheiro para fazer o Estado funcionar. E era preciso encontrar também recursos, para garantir uma das prioridades máximas que era a segurança alimentar. Todo isto foi feito numa situação extremamente complicada, mas da qual conseguimos sair, baseando-nos na verdade, baseando-nos no diálogo, baseando-nos na con-

fiança e sobretudo mobilizando a vontade dos cabo-verdianos de saírem da situação. E por fim mobilizando recursos externos que nos permitiram resolver os problemas mais prementes, os problemas mais complicados.

E, nesta contingência, as ligações com o Portugal, que atravessava o período mais complexo da Revolução, mantiveram-se sempre e até se reforçaram, não é?

Nós tivemos a preocupação de manter as relações com Portugal, porque a prudência e a inteligência política recomendavam precisamente isso. Quando se sai de um conflito, você não deve procurar aumentar os seus inimigos e adversários. Você deve procurar aumentar os seus amigos, e você deve procurar as pessoas que podem apoiá-lo. Portanto, não teria sentido continuar em conflito com Portugal, teria sido uma decisão errada e pouco inteligente. O fundamental era criar as bases para o desenvolvimento de relações cordiais, uteis e amistosas com Portugal, e não o contrário. O contrário seria uma decisão suicida: estúpida e suicida. Já também tínhamos alguma experiência de vida, que as coisas não são tão fáceis como aparecem, logo, temos que ser sempre prudentes, cautelosos e nunca exagerar nas nossas ambições, nunca exagerar nos nossos propósitos.

Uma última pergunta, Senhor Presidente, mais ligada aos tempos atuais. O que se sente de dizer sobre o futuro das novas gerações cabo-verdianas, e também sobre o futuro do espaço, linguístico, mas que não deixa de ser também

geopolítico, da lusofonia, no novo quadro internacional muito complicado que se está a criar

A língua tem um papel muito importante na comunicação. Quando facilitamos a comunicação, facilitamos as relações, de modo que o facto de utilizarmos a mesma língua oficial, o português, isto facilita a ligação com Timor, com Moçambique, com Angola, com São Tomé, com a Guiné, com o Brasil. A língua ajuda. A questão no fundo está nisso. O mundo está cada vez mais complicado, mais complexo, vivemos num mundo complexo e os nossos Países não estão fora deste contexto mundial, de complexidades, tensões e conflitos. Temos que ter isto em conta, e isto também vem dificultar as nossas relações. Entendo que há que continuar nesta direção, de esforçarmos para ver como é que tiramos o maior proveito desta facilidade que é a comunicação. Há também um relacionamento que tem história. Como é que podemos tirar proveito disso, como é que podemos multiplicar isso? É a questão. Hoje temos um problema muito sério com as migrações, há todas estes fenómenos que dificultam as relações entre os povos, dificultam as relações entre Estados, mesmo quando temos uma língua comum. De um lado há vantagens, do outro lado há riscos. Temos que ter a sabedoria de ultrapassar os riscos e encontrar novos espaços, novas formas, novos modelos de cooperação. Há que apostar nisso. Acho que tudo isso seria possível se tivémos relações de abertura entre os nossos Países, se desenvolvermos o diálogo e, também, a lealdade e a sinceridade entre nós, para encontrarmos a melhor forma de ultrapassar eventuais conflitos.